

PCC: DO DIÁRIO OFICIAL PARA O MUNDO

Por Flávio César Montebello Fabri*



O Estado de São Paulo.

O crime organizado brasileiro, em especial o chamado "PCC, Primeiro Comando da Capital", vem ampliando sua atuação há anos e já preocupa países europeus.

O dia 10 de abril de 1995 marcou o início do trabalho parlamentar paulista (ALESP, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), por intermédio de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para que pudessem compreender o que ocorria a sobre o crime organizado e para que medidas de enfrentamento fossem instrumentalizadas.

Surgira recentemente uma ameaça, cuja seriedade conseguiu fazer com que um nome ficasse, naquela casa legislativa, conhecido: Primeiro Comando da Capital (PCC). Um parlamentar (ao ter um Requerimento de Informações publicado), fez com que o "Estatuto do PCC" acabasse sendo eternizado no Diário Oficial:

D.O.E.; Poder Legisl., São Paulo, 109 (47)
sexta-feira, 12 mar. 1999.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO FINAL
DA CPI DO CRIME ORGANIZADO

A CPI do crime organizado começou a funcionar em 10 de abril de 1995. Tinha um prazo de 90 dias para concluir seus trabalhos.

Esta CPI teve a mais longa duração na Assembléia, beirando quatro anos de atividade. Foi prorrogada 14 vezes. Tornou-se uma espécie de comissão permanente, o que estaria em contradição com o caráter temporário das comissões de inquérito.

A CPI do crime organizado, oficialmente, tem um nome mais longo: " Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de São Paulo, constituída com a finalidade de investigar o desenvolvimento do crime organizado no Estado, nas suas diversas formas e manifestações, e apurar as razões de seu incremento, inclusive as que se devem à corrupção de agentes públicos que dele participam ou lhe dão proteção".

D.O.E.; Poder Legisl., São Paulo, 107 (93)
terça-feira, 20 mai. 1997 – 5

Requerimento de Informações
n.º 1.875, de 1997

Há mais de dois anos, quando começaram a eclodir as rebeliões nas cadeias, penitenciárias e distritos policiais paulistas, detectou-se a existência, disseminada entre os presidiários, da organização criminosa autodenominada "Comando Paulista", que agiria à semelhança do famigerado "Comando Vermelho" carioca.

Para conhecimento, análise e manifestação das autoridades, faço questão de transcrever o referido texto, já que é sintomático que, concomitante à sua distribuição, ocorram motins de presos, em diversos estabelecimentos prisionais, fato que reforça a tese de uma evidente conexão entre eles e a anunciada organização.

É o seguinte o seu teor:

"ESTATUTO DO P.C.C.

1. Lealdade, respeito, (sic) e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A Luta (sic) pela liberdade, justiça e paz.
3. A união na Luta (sic) contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.

Sala das Sessões, em 16-5-97
a) Afanasio Jazadji

Em 1999, foi publicado o relatório da CPI do Crime Organizado no Diário Oficial do Estado. A Casa Legislativa Paulista começou esta CPI no início de 1995 e a concluiu em 1999. Entre outros, ficou esclarecido que seria desejável que a legislatura seguinte continuasse os trabalhos. Vinte e cinco anos depois, o PCC cresceu de tal maneira que seus tentáculos alcançam quase todo o mundo. Antes de sua conclusão, em 1997, o "Estatuto do PCC" apareceu no Diário Oficial do Estado de São Paulo, após publicação de Requerimento de Informações do então deputado Afanásio Jazadji (fonte: www.imprensaoficial.com.br).

Há diversas outras publicações na Imprensa Oficial onde parlamentares, fazendo uso do expediente, mencionaram o PCC em suas falas, havendo o registro destas em dezenas e dezenas de publicações. Por curiosidade, o relatório da CPI se encontra nas páginas 14 a 19 do Diário Oficial de 12 de março de 1999, no Caderno do Poder Legislativo. Para quem gosta de pesquisar sobre o tema (e os primórdios da documentação oficial a respeito), vale a pena a leitura e as conclusões do que apuraram.

Mas, das rebeliões que ocorreram ao longo dos anos, demonstrações de força que essa organização criminosa perpetrou (os motins em 2001 envolvendo 25 estabelecimentos prisionais, dois cadeiões e duas delegacias, resultando em 16 mortos e 77 feridos, dos 74 estabelecimentos prisionais rebelados em 2004 aos atentados de maio de 2006), efetivamente, qual é o resultado prático da CPI sobre o crime organizado? Quais medidas surtiram efeito (a partir da CPI), bem como o trabalho feito fora a produção e publicação do relatório de uma comissão que durou quase quatro anos em uma importante casa legislativa?

Em relação ao PCC, ainda, outros parlamentares também, 25 anos depois, registraram sua existência (e de outros grupos) como sendo um problema, tendo sido publicadas recomendações e medidas a respeito do impacto do narcotráfico em uma nação. Só que agora, o parlamento em questão não é o paulista. Trata-se do Senado francês.

Narcocídio. Assim são definidas as mortes resultantes das ações de Organizações Criminosas Transnacionais (vinculadas ao narcotráfico), por integrantes do Senado (da França) e seus colaboradores. A preocupação é enorme e tal definição se faz acompanhar de um extenso relatório com medidas para combater tais grupos. Por sinal, os parlamentares (bem como aqueles que os apoiaram nas análises) concluíram que o tráfico de drogas e as ações de tais grupos são um forte oponente à própria existência da democracia. Medidas eficazes são necessárias para reverter um quadro onde milhares de localidades acabam sofrendo influência de grupos de traficantes. Consta-se, tristemente, que a ordem cedeu lugar ao caos.

O relatório francês data de maio. Suas recomendações principais são:

- *Estar lúcido sobre a natureza do narcotráfico e tratá-lo pelo que é: uma ameaça aos interesses fundamentais da nação;*
- *Atingir o topo do espectro e não limitar a luta para operações de ordem pública do tipo “lugar limpo”;*
- *Estruturar a ação dos serviços responsáveis pela luta contra o tráfico de drogas.*



COMMISSION D'ENQUÊTE
NARCOTRAFIC EN FRANCE



LES TROIS PRINCIPALES RECOMMANDATIONS DE LA COMMISSION D'ENQUÊTE

*O senado francês, por meio de uma comissão, incitou três principais recomendações a respeito do narcotráfico.
O resultado está disponível em seu site oficial:*

https://www.senat.fr/fileadmin/Structures_temporaires/commissions_d_enquete/CE_Narcotrafic/CE_Narco_Les_principales_recommandations.pdf

De forma resumida, as principais recomendações ditam que:

- A inteligência (os serviços de) deve receber grande suporte para o combate ao narcotráfico;
- Os recursos destinados aos serviços de investigação e dos tribunais que lidam com o narcotráfico (considerando tal como uma emergência) devem ser elevados;
- Ampliar a segurança nas estruturas de portos e aeroportos;
- Combate à corrupção;
- O processo penal deve estar à altura do desafio enfrentado;

- Uso de informantes e “criminosos arrependidos” para as investigações (e consequente processo penal), bem como “meios de infiltração”;
- Ações em relação ao patrimônio sabidamente adquirido por intermédio do narcotráfico (asfixia financeira dos narcotraficantes, mesmo sem condenação judicial imediata);
- Entre outras.

Talvez causasse espanto aos parlamentares franceses saber quantas vezes já foi noticiado pela mídia brasileira a respeito da soltura de narcoterroristas, da quantidade de vezes que um mesmo criminoso já foi preso, da progressão de penas assim como a anulação de provas que envolvem integrantes de organizações criminosas. Basta uma rasa pesquisa para verificar que até um helicóptero apreendido foi devolvido, por determinação judicial, aeronave esta que pertenceria a um narcoterrorista foragido. No caso, uma das matérias possui o título “*Em clima de ‘derrota’, polícia devolve helicóptero de André do Rap após decisão da Justiça*” (O Globo, por Guilherme Caetano, em 27 de abril de 2023). Ou, conforme também noticiado, que “*Decisões judiciais já liberaram mais de 30 chefões do PCC nos últimos anos – decisões a favor de bandidos ligados ao crime organizado tem sido cada vez mais concedidas pelo judiciário*” (Jornal da Band, por Rodrigo Hidalgo, em 25 de novembro de 2023).

Não há, no Brasil, segurança jurídica para que as forças policiais tenham um mínimo de tranquilidade para trabalhar (em um dos serviços mais cansativos, estressantes e arriscados de todo mundo). Presumo que, pela atual preocupação, medidas serão tomadas (na França) para que as forças policiais, o cabedal jurídico vigente (bem como sua interpretação), combate à corrupção (e a penetração do crime nas mais diversas esferas) assim como recursos, sejam robustecidos para enfrentar o narcotráfico.

Por sinal, uma de suas recomendações pode ser classificada, lembrando do linguajar coloquial brasileiro, como o conhecido “presta atenção”. Deve ser tratado (o narcotráfico) pelo que é: uma ameaça aos interesses fundamentais da nação.

Pesquisa (no site do Senado francês) a respeito da “Comissão de inquérito sobre o impacto do tráfico de drogas na França e as medidas a tomar para remediá-lo” (<https://www.senat.fr/>) permitirá o acesso a farta documentação. Em vários (documentos), cita-se a seriedade e a preocupação com essa praga. Deixam escancarada a palavra “submersão”:

“Submersão: esta é a imagem necessária para descrever o fenômeno que a França enfrenta, visto que são numerosas as rotas pelas quais as drogas são transportadas para o nosso país, porque são variados os meios pelos quais são introduzidas, porque há muitas maneiras de distribuí-lo e vendê-lo. Com a explosão simultânea da oferta e da procura, nenhum território, nenhuma categoria social é poupada (...) O tráfico infiltra-se por todo o lado, tendo como corolário a violência exacerbada; ao mesmo tempo, sofre mutações (...) que atestam a extrema racionalidade econômica dos traficantes”. (Fonte: O essencial – um salto necessário: saia da armadilha do tráfico de drogas. Disponível em <https://www.senat.fr/>)

Mas há um ponto interessante (e que se refere ao Brasil): a citação do Primeiro Comando da Capital – PCC.

1. Les connexions horizontales des groupes transnationaux

Les groupes criminels assument de plus en plus un caractère transnational. Ils peuvent se constituer sur la base d'affinités nationales (groupes albanais, nigériens, italiens...) qui impliquent une circulation entre le pays d'origine et le pays d'installation. Ainsi les magistrats rencontrés par la commission au tribunal judiciaire de Lyon ont-ils décrit le va-et-vient des ressortissants albanais employés comme « mules » par les réseaux pour importer la cocaïne et l'héroïne venues des Balkans.

Les réseaux sud-américains ont, eux aussi, de fortes capacités de pénétration de pays tiers, en Afrique mais aussi en Europe : en effet, « les trafiquants brésiliens, en particulier le PCC [Primeiro Comando da Capital], voient croître leur influence à l'international à travers une stratégie d'expansion aux pays lusophones (Angola, Guinée-Bissau...) » ; de même, « les Colombiens ont formé des alliances durables avec des réseaux criminels basés en Europe. Ils gèrent la supervision de la réception, du stockage et de la distribution en gros de la cocaïne. Dans ce contexte, leur présence est détectée dans plusieurs pays, en particulier en Espagne et en Belgique »¹.

Em destaque, a citação do PCC por parte das autoridades francesas.

Entre as principais ameaças que a França cita, está a atuação do PCC. Não somente a França, por sinal. Diversos periódicos britânicos o mencionam como um problema que aflige a Europa. Uma verdadeira chaga (ou praga) brasileira que se alastra e destrói como a doença que é, onde se instala ou toca.



The ruthless Brazilian narcos bringing a 'tsunami' of cocaine to Europe's streets: How bloodthirsty 'PCC' cartel led by 'Playboy' boss went from prison gang to billion-pound-a-year drug smuggling behemoth linked to mafia around the world



One terrifying drug cartel has transformed Brazil from a nation historically known for the consumption of cocaine into one of its most prolific exporters, commanding the flow of narcotics from South America to Europe with ruthless efficiency - and extreme violence.

The Primer Comando da Capital - 'First Capital Command' or PCC - is largely responsible for what officials have described as a 'tsunami' of cocaine and violence flooding Europe's streets in recent years.

The PCC's involvement in the European drug trade is simply enormous. As one Brazilian prosecutor put it: 'If someone is using cocaine in France, England or Spain there's a very good chance it got there through the hands of the PCC.'



Brazil

How a Brazilian prison gang became an international criminal leviathan

The PCC - First Capital Command - arose in the country's notoriously brutal penitentiaries 30 years ago but now controls a billion-dollar drug trade supplying much of Europe's cocaine

Duas notícias com a mesma pergunta: como o PCC se tornou o que é hoje? O Daily Mail é um dos mais populares jornais britânicos (fundado em 1896) e o bicentenário The Guardian (fundado em 1821, anteriormente conhecido como Manchester Guardian) já foi nomeado como "Jornal do Ano" (2014 - British Press Awards) e é conhecido por sua linha investigativa e independência. O título da matéria do Daily Mail (em tradução livre) é "Implacáveis narcotraficantes brasileiros trazem um 'tsunami' de cocaína para as ruas da Europa" (publicada em 2 de dezembro de 2023).

O noticiário estrangeiro tem abordado a questão do impacto do PCC, com o volume de drogas que aporta em território europeu. Os jornais britânicos deixaram claro o tamanho da organização criminosa, sua penetração, alcance e violência. No *Daily Mail* foi enfatizado que:

“Uma relação particularmente chocante, que as agências responsáveis pela aplicação da lei acreditam que o PCC mantêm com o movimento islâmico libanês Hezbollah – a organização terrorista alinhada com o Irã e com ligações estreitas com o Hamas.

Diz-se que as atividades do Hezbollah na América do Sul se centram na ‘Área da Tríplice Fronteira’ entre Argentina, Brasil e Paraguai, pontos críticos com populações significativas de origem libanesa – e também o epicentro da força do PCC.

O gabinete de contraterrorismo dos Estados Unidos alegou que o Hezbollah explora a região como base de angariação de fundos e acredita-se que o grupo colabora estreitamente com o PCC para lavar dinheiro, permitindo ao cartel adquirir armas, de acordo com documentos da Polícia Federal.”

Adequado citar que, sobre o mencionado pelo periódico (a respeito de atividades do Hezbollah e do crime organizado na região da Tríplice Fronteira) que tal fato já foi apontado em um extenso relatório elaborado em uma das casas legislativas dos EUA década atrás. Portanto não se trata de uma ilação

[House Hearing, 112 Congress]
[From the U.S. Government Publishing Office]

HEZBOLLAH IN LATIN AMERICA -IMPLICATIONS FOR U.S. HOMELAND SECURITY

HEARING
before the
SUBCOMMITTEE ON COUNTERTERRORISM
AND INTELLIGENCE
of the
COMMITTEE ON HOMELAND SECURITY
HOUSE OF REPRESENTATIVES
ONE HUNDRED TWELFTH CONGRESS
FIRST SESSION
JULY 7, 2011

Printed for the use of the Committee on Homeland Security
Available via the World Wide Web: <http://www.gpo.gov/fdsys/>

- O Hezbollah é uma das organizações terroristas globais mais sofisticadas do mundo.

- As autoridades policiais e a comunidade de inteligência há muito se preocupam com a ameaça terrorista que emana da **área da Tríplice Fronteira que liga a Argentina, o Brasil e o Paraguai** na América do Sul.

- As suas atividades incluem contornar as sanções dos Estados Unidos, angariar fundos, difundir propaganda (...) recrutar agentes, **lavar dinheiro e contrabandear armas e drogas**. **A crescente ligação entre as redes terroristas internacionais e as organizações de tráfico de drogas** em toda a América Latina é uma questão dinâmica e emergente que a comunidade de contraterrorismo e de inteligência enfrenta .

- Igualmente preocupante é o facto de o **Hezbollah fazer uso extensivo das grandes comunidades libanesas** no Hemisfério Ocidental para ajudar a financiar as suas operações através de meios legais e ilegais. O grupo supostamente **conduz extensas atividades de financiamento ilícito na América Latina, incluindo tráfico de drogas, falsificação e contrabando**. O epicentro destas atividades é a Área Tríplice Fronteira, uma região fronteiriça subgovernada onde o Brasil, a Argentina e o Paraguai se encontram, onde as autoridades locais responsáveis pela aplicação da lei têm sido incapazes de combater as atividades de numerosos terroristas e organizações criminosas .

A ligação entre o grupo terrorista Hezbollah e organizações criminosas transnacionais (como o PCC) já foi apontado em relatório de 2011 de uma das casas legislativas norte-americanas (House of Representatives). Parcerias entre criminosos do PCC e terroristas não são mera ilação. O relatório completo encontra-se disponível em site oficial do governo dos Estados Unidos (fonte da imagem: <https://www.govinfo.gov/>).

Outro periódico britânico, o *The Economist*, fez uma citação, no mínimo, pitoresca: NARCOSUL. Em 23 de novembro de 2023, onde reportou as atividades globais do PCC em uma matéria cujo título é *Brazil's biggest drug gang has gone global – The First Capital Command is now a mafia with links throughout Europe* (em tradução livre: *A maior gangue de traficantes do Brasil se tornou global – o Primeiro Comando da Capital é agora uma máfia com ligações em toda a Europa*), cita que:

“O PCC é a maior gangue da América Latina, com estimativas sugerindo que tenha 40 mil membros vitalícios e outros 60 mil ‘contratados’. Isso o tornaria um dos maiores grupos criminosos do mundo. E no dia 6 de novembro, um relatório divulgado pelos serviços de segurança de Portugal afirmou que o grupo tinha mil associados em Lisboa, capital do país. O PCC está se tornando global.

A rede de aliados da gangue começou na América do Sul. Há uma década, o PCC formou uma associação com alguns dos maiores traficantes de cocaína do mundo. Com sede na cidade boliviana de Santa Cruz, esta ‘super gangue’ dedica-se a joint ventures em drogas e lavagem de dinheiro. (...) Deram-lhe o nome de ‘Narcosul’. O PCC também mantém relações separadas com o Tren de Aragua da Venezuela, um grupo de tráfico de seres humanos.”

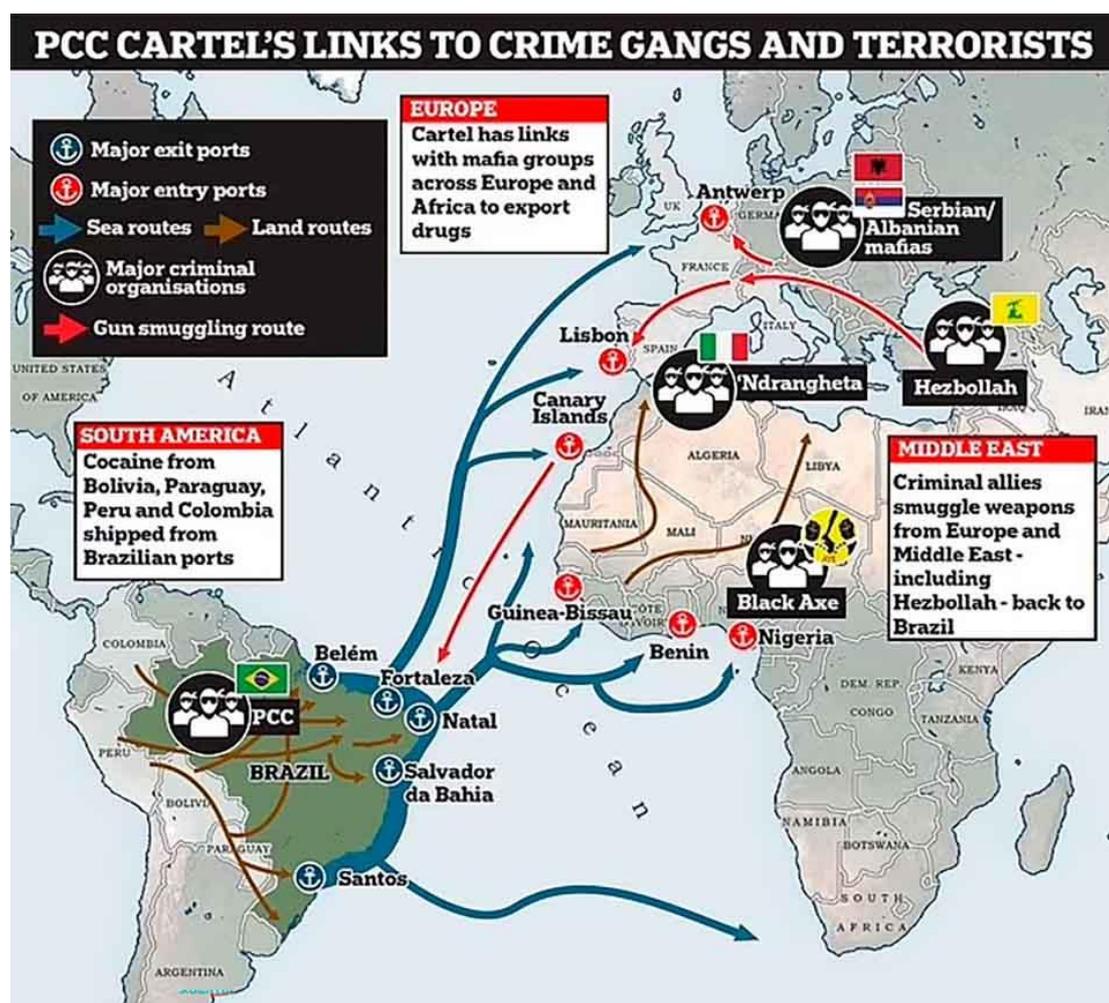


Imagem divulgada pelo Daily Mail por ocasião da matéria “Os implacáveis narcotraficantes brasileiros trazendo um ‘tsunami’ de cocaína para as ruas da Europa” (David Averre, 2 de dezembro de 2023).

A soma de esforços de atores das mais diversas áreas (não somente a força policial isoladamente) é um fator preponderante para vencer o crime ou, no mínimo, mitigar seu efeito. Integrantes dos poderes constituídos nas suas mais diversas esferas, terceiro setor e sociedade, todos dando suporte às forças policiais (segurança jurídica, apoio institucional etc.) e fazendo com que outros fatores que propiciam que o crime se alastre (da narcocultura e “alistamento” às ações que acabem com suas finanças, bem como o combate à corrupção) recebam a devida atenção. Caso isso não ocorra e tão somente as forças policiais (sem qualquer suporte que não o próprio intento em cumprir sua missão) permaneçam no *front*, podemos começar a pensar em consequências sérias (ainda mais sérias).

Sobre o fator “alistamento” é interessante fazer uma comparação com outro país: O México. É sabido que o PCC possui ligações com organizações criminosas daquela nação. Abrindo um pequeno parênteses, fica uma pergunta: em que ponto podemos definir que um país é um narcoestado? O Brasil estaria se tornando um?

Conforme explica o jurista Deltan Dallagnol:

“O termo narcoestado, na definição do Fundo Monetário Internacional, refere-se a um país em que todas as instituições legítimas estão penetradas pelo poder e pelo dinheiro de narcotraficantes. O termo se aplica, ainda, a países onde o ‘governo, mas também o Legislativo, o Judiciário e as Forças Armadas são infiltrados por cartéis ou organizações de crime transnacional que têm como atividade básica o narcotráfico”. (Fonte: Gazeta do Povo – O Brasil vai se tornar um narcoestado?)

Retornando ao México, foi noticiado no segundo semestre de 2023 que, com a expansão do narcotráfico, os cartéis acabaram por se tornar o quinto maior empregador daquele país. Dezenas (ou centenas) de milhares de pessoas estão “empregadas” diretamente no tráfico ou na negação de áreas ao Estado (manutenção de *black spots*), portando fuzis ou “patrulhando” em veículos blindados adaptados (como já visto com a famosa filmagem de integrantes do Cartel Jalisco Nueva Generación, onde aproximadamente 80 narcoterroristas uniformizados se comportavam como verdadeira unidade paramilitar). Apesar do controle e regulamentação a respeito de veículos blindados por lá, algumas vezes técnicos são sequestrados para que possam adaptar veículos fazendo surgir os chamados “narcotiques”.

No México a penetração do crime em áreas “formais” é enorme (incluindo nos poderes constituídos, bem como na criação de negócios de fachada para as mais diversas formas de lavagem de dinheiro). Assim, um dos meios (posicionamento que acompanho integralmente) de enfraquecimento dos cartéis estaria na diminuição de sua capacidade de alistar novos integrantes (bem como em sua asfixia financeira). O problema é: até onde o crime conseguiu adentrar?

No Brasil há uma grande penetração de Organizações Criminosas Transnacionais em diversas áreas. Desde Escolas de Samba (como já amplamente noticiado) a importantes órgãos estatais (como já se constatou, por exemplo, com a prisão do então vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo que, com alguns advogados, encontrava-se na folha de

pagamento do PCC) àqueles que ocupam cargos eletivos (e, portanto, com grande influência no poder público/esfera política).

As consequências de um ato que propositalmente dificulte o combate à criminalidade organizada, por vezes de iniciativa de partidos políticos, organizações não governamentais, ativistas e/ou outros, particularmente quando são aceitos nas altas esferas da justiça, são gravíssimas (e dificilmente reversíveis em curto espaço de tempo). Quando os nefastos resultados se tornam públicos, parece que reina o silêncio bem como não se questiona a iniciativa dos responsáveis. A sementeira foi de outros, mas a conta da colheita acaba recaindo na sociedade e na polícia.

Um exemplo de ato/consequência: a ADPF das Favelas. Qual as consequências desse ato? Inicialmente a comemoração (!!!) de uma vitória, com a anuência da Suprema Corte (brasileira) ao pleiteado. No site ADPF das Favelas (ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) lemos sobre a imposição de restrições às forças policiais no Rio de Janeiro. De autoria de um partido político (conforme lemos em <https://psb40.org.br/adpf-das-favelas-de-autoria-do-psb-e-de-entidades-ligadas-aos-direitos-humanos-completa-4-anos-em-novembro/>) e apresentada nos idos de novembro de 2019, contou com a participação de entes públicos (como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro) e mais de uma dezena de outras organizações não governamentais (movimentos sociais).

Após quatro anos (novembro de 2023), elucidou o partido político protagonista que a petição teria sido acatada pela Suprema Corte em junho de 2020 e “suspendeu as operações policiais durante a pandemia de covid-19, exceto em casos excepcionais”. No *link* retro referenciado, são elencadas outras “vitórias” que por eles foram comemoradas.

Qual é o resultado prático dessa ação (protagonizada por entes políticos, estatais e do terceiro setor)? Em caráter recente, um relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (que pode ser consultado em sua totalidade no *link* <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/04/relatorio-gt-cnj-adpf-635.pdf>) à Suprema Corte que, após sua divulgação, propiciou notícia (como várias outras similares, porém com uma repercussão bem menor do que seria desejado), responde ao questionamento inicial: o crime se expandiu e domina expressiva parcela do território fluminense (como se houvesse alguma surpresa no resultado).

A sucessão de ações como esta (com franco apoio de algumas entidades) pode tornar perpétuo (e inócuo) o combate às organizações criminosas. Não basta efetuar o “controle” da força policial (como quase sempre é sugerido em vários relatórios, nas mais diversas formas). Na verdade deveríamos perguntar quem soma esforços com ela (polícia) para erradicar uma praga (as drogas e quem as comercializa).



Vitória do povo negro e das favelas: STF exige mudanças imediatas na Segurança Pública do Rio

Vitória histórica das favelas do Rio de Janeiro! O Supremo Tribunal Federal (STF) impôs novas restrições à política de segurança pública do Estado, um grande passo no enfrentamento à brutalidade policial e ao racismo institucional. A decisão foi tomada no âmbito da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 635, conhecida como a “ADPF das Favelas”, ação apresentada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e construída coletivamente com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, ISER, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Mães de Manguinhos – entidades admitidas como amicus curiae –, e também o Observatório de Favelas, Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (Geni/UFF), Fogo Cruzado, Maré Vive, Instituto Marielle Franco, Conselho Nacional de Direitos Humanos e o CESeC.



Fonte da imagem: *sítio eletrônico ADPF das Favelas* (<https://www.adpfdasfavelas.org/>).

O governador do Estado de São Paulo, com seu secretário de Segurança Pública (e forças policiais) têm feito um trabalho inédito de real enfrentamento ao crime organizado. A enxurrada de críticas de alguns (por vezes auto intitulados especialistas), bem como de algumas organizações, demonstra que está no caminho correto.

METRÓPOLES
São Paulo

Do PT ao DEM: sócios de viação ligada ao PCC doaram a políticos de SP

O GLOBO | Política

Política

Ligado ao PCC, vereador preso por esquema de fraudes a licitações chora e admite Pix mensais de R\$ 5 mil

ISTOÉ

PCC eleitoral: facção já tem jatinhos, helicóptero e empresta aeronaves para políticos

BAND. BRASIL URGENTE
com.br

Vereadores suspeitos de ligação com o PCC são presos pela polícia

Vereadores são presos em operação que investiga ligação do PCC com prefeituras

Valor | Brasil

Ligação do PCC com eleições acende alerta da Justiça

Temor de procuradores é que facção banque campanhas visando obter benesses públicas

exame.

Promotoria denuncia 4 vereadores por ligação com fraudes do PCC em prefeituras e câmaras de SP

Quando nem o céu é o limite. Penetração do PCC na esfera política e a ideia de disponibilizar aeronaves a políticos.

Por sinal, possuem (o governador e o secretário de Segurança Pública) plena consciência de até onde o PCC penetrou, bem como onde mais pretende se incrustar. Com o sugestivo título PCC Eleitoral, podemos ler em recente matéria:

“Enquanto o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, alertou a sociedade de que o PCC já controla mais de 1.100 postos de combustíveis no Estado, a facção criminosa também adquiriu usina de etanol e vem ameaçando pequenos e médios agricultores da região Sudeste – em especial São Paulo – para venderem cana abaixo do custo de mercado.

O mesmo ‘grupo empresarial’ citado montou uma mini frota aérea de luxo. O PCC já tem, em nome de laranjas, pelo menos dois jatinhos de médio porte e um super helicóptero – os três aparelhos avaliados em US\$ 30 milhões – cerca de R\$ 160 milhões.

(...) Os investigadores já sabem que alguns graduados políticos, de diferentes partidos, estão voando nessas aeronaves de carona.

O PCC se mostra assim ousado no investimento político. A ideia da facção é usar os aparelhos para se aproximar de líderes partidários e montar um grupo de candidatos para disputar grandes prefeituras.” (Fonte: Isto É. PCC eleitoral: facção já tem jatinhos, helicóptero e empresta aeronaves para políticos).

A busca de informações sobre o tema “crime organizado” em sites oficiais (como a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo) pode nos proporcionar acesso a algumas curiosidades. Em uma edição de 1933 (sendo mais preciso, de 27 de agosto de 1933), lemos a respeito da visita, aos Estados Unidos da América, do “antigo” chefe de Polícia do Rio de Janeiro, o capitão João Alberto.

Naquele período, empreendeu viagem de estudos para compreender os métodos comerciais daquela nação, tendo interesse em trazê-los para o Brasil. Ao ser entrevistado pela *United Press* (agência de notícias fundada em 1907, que foi uma das mais importantes do mundo até os idos de 1990), entre vários assuntos, foi indagado a respeito da situação vivida naquela época, nos Estados Unidos, em relação à segurança pública.

O capitão João Alberto se absteve de qualquer comentário. Esclareceu que a situação no Brasil era inteiramente diversa. Que eram desconhecidos (no Brasil) graves problemas como sequestros, banditismo e crime organizado.

JORNAL DO ESTADO

(Órgão oficial dos poderes do Estado de S. Paulo - Brasil)

Domingo, 27 de Agosto de 1933

(2.a Fase) — Num. 194 — Ano I

Declarações do snr. João Alberto, nos Estados Unidos

CHICAGO, Agosto — (Pelo correio aéreo) — (United Press). —

Interrogado acerca da presente situação do crime nos Estados Unidos o capitão João Alberto recusou-se a fazer qualquer declarações acerca dos remédios apropriados a esse mal segundo sua concepção dos processos policiais.

— *Vossa situação é inteiramente diversa da do Brasil. Os raptos e sequestros, por exemplo, são coisa desconhecida em meu país. O banditismo e o crime organizado também não existem lá* — disse ele.

Imprensa Oficial

Página — 3 —

Fonte: www.imprensaoficial.com.br (Diário Oficial - Edição de 27 de agosto de 1933, página 3).

Como reagiria o antigo chefe da Polícia do Rio de Janeiro caso pudesse ter acesso a notícias que seriam publicadas mais de 90 anos depois de declarar que o “crime organizado era algo desconhecido” por aqui? Talvez, perplexo, se questionasse como ocorreu essa evolução (ou melhor, involução), com os tentáculos do crime adentrando em locais inimagináveis para ele.

Presumo que também ficaria confuso, tentando compreender a constante ação de entidades (algumas governamentais, inclusive, no caso da petição que deu origem à ADPF das Favelas) que causam grandes problemas para a ação policial (problemas estes que se convertem em real facilitação para o fortalecimento de Organizações Criminosas Transnacionais). De qualquer forma, décadas depois, podemos dizer que poucas tropas policiais nos Estados Unidos (ou no mundo), possuem a capacidade de atuar em áreas complexas como as das forças policiais do Rio de Janeiro.

Unidades como o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Choque e Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) compartilham a *expertise* que

possuem (talvez única, para atuação policial no tipo de cenário em que estão inseridas) com policiais do Brasil e do exterior. Com certeza, o policial entrevistado em 1933 jamais poderia imaginar o que seria o trabalho de Segurança Pública, em 2024, no mesmo Estado que ele conheceu e viveu.

**CORREIO
BRAZILIENSE**

Para a PF, metade da Assembleia Legislativa do Rio tem ligação com o crime

Publicado em 29/03/2024 16:57 | Vicente Nunes | Economia

Não por acaso, muitos policiais se referem à Assembleia do Rio como a casa institucionalizada do crime, onde as leis são feitas para atender, sobretudo, os interesses das organizações comandadas por bandidos. "As demandas da população em geral ficam em quinto plano, pois não rendem dinheiro", diz um agente que mergulhou no assunto.

g1

RIO DE JANEIRO

Polícia relata ao CNJ expansão do CV após restrições a operações em favelas e diz que 1,7 mil lugares do RJ são sob domínio do crime

Por Rafael Nascimento, g1 Rio
10/04/2024

Desde a **restrição a operações em favelas**, decidida em 2020 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), houve uma expansão do domínio do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. É o que consta em um relatório feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com base em dados enviados pela Polícia Civil.

A evolução (ou melhor, involução) na realidade da segurança pública. Se o antigo chefe de Polícia do Rio Janeiro (que declarou em 1933 que sequestro e crime organizado eram desconhecidos, à época, no Brasil) pudesse ter acesso a notícias a respeito do que se tornaria o cotidiano da Segurança Pública fluminense, quão perplexo ficaria? O que ocorreu para haver essa degradação? (Correio Braziliense/G1 Rio de Janeiro).

Há um fato: realmente o PCC está preocupando inúmeros parlamentares (particularmente os franceses). Nunca é tarde para repensar, investir e reagir. Mas, mais que discursos, AÇÃO (e real apoio a quem atua). De plenário em plenário, a praga PCC cresceu e atingiu o mundo. Vinte e cinco anos separam os relatórios de duas casas legislativas. Fato: da CPI da ALESP em 1999 até o relatório do Senado francês, o problema só aumentou de forma exponencial.

**Flávio César Montebello Fabri é coronel da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). Possui licenciatura em História, é bacharel em direito e bacharel e mestre em Ciências de Segurança e Ordem Pública. É autor de diversos artigos relacionados à Vitimização Policial e Guerra Híbrida. É coautor do livro "Prazer em conhecer: Departamento PM Vítima".*